

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

310: ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS



CADERNO DE PROVA - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVA corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém cinquenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é o único documento válido para a correção das questões objetivas expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 6 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 7 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 8 A duração total da prova objetiva é de 4 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 9 Reserve, no mínimo, os 15 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início da prova e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 11 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 12 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 13 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA e deixe o local de prova.

INFORMAÇÕES

- **26/06/2016** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **27/06/2016** – A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

Para uso do Instituto QUADRIX

Chave de Segurança

TIPO 9 J

ARH310

INSTITUTO
QUADRIX

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o texto abaixo.

Dentista é preso por bater ponto em posto e ir para clínica particular no RN

Um dentista contratado pela Prefeitura de Pau dos Ferros, na região Oeste do Rio Grande do Norte, foi preso em flagrante. De acordo com o Ministério Público Federal, o profissional batia o ponto no centro municipal de saúde e ia atender em sua clínica particular durante o horário que deveria estar prestando serviço ao Município.

A prisão, efetuada pela Polícia Civil, é fruto de uma representação feita pelo procurador da República Marcos de Jesus ao representante do MP/RN em Pau dos Ferros, o promotor de Justiça Rodrigo Pessoa. Os representantes do Ministério Público acompanharam a polícia na diligência que flagrou o odontólogo atendendo em sua clínica particular, depois de ter batido o ponto no Centro de Saúde Caetano Bezerra do Nascimento.

Inspeções feitas pelo MPF constataram que ele costumava bater o ponto no posto de saúde às 7h e deixava o local por volta das 8h, indo para a clínica particular. Ao final da manhã, entre 12h e 13h, o dentista retornava no posto, batia o ponto que supostamente seria o da saída do turno matutino e ficava no local até aproximadamente 13h40, quando registrava o ponto de entrada do período vespertino e saía novamente para atender os pacientes particulares. Ao final da tarde, o dentista voltava à unidade de saúde pública para registrar sua “saída”. O dentista recebe por 40h semanais do município e mantém, ainda, outro contrato com a mesma jornada de 40h - legalmente incompatível - com a Prefeitura de Luís Gomes.

Médico

A representação encaminhada pelo MPF ao MP/RN inclui também o nome de outro profissional contratado pela Prefeitura de Pau dos Ferros, um médico que deveria trabalhar 20 horas por semana no Centro de Saúde José Edmilson de Holanda.

Além dessa jornada, ele ganha por outras 20 horas a serem cumpridas no posto do bairro Manoel Deodato, porém o profissional permanece apenas 6 horas por semana no local, de segunda a quinta-feira, das 12h às 13h30. O médico não chega, sequer, a registrar as entradas e saídas no relógio de ponto. O médico não foi localizado, mas no entendimento do MPF deverá responder pelo crime de estelionato.

Inspeções

Desde abril o procurador Marcos de Jesus vem promovendo inspeções em postos de saúde de toda a região. Em 2014 o Ministério Público Federal iniciou um trabalho que envolve a assinatura de acordos e o ingresso de ações judiciais para que as prefeituras do Alto Oeste Potiguar adotem sistemas de registro eletrônico de ponto, com o objetivo de controlar a jornada de trabalho de todos os profissionais da saúde.

(g1.globo.com.br. Acesso em Junho/2016.)

QUESTÃO 1

É um exemplo de objeto indireto presente no primeiro parágrafo:

- (A) “pela Prefeitura de Pau dos Ferros”.
- (B) “do Rio Grande do Norte”.
- (C) “no centro municipal de saúde”.
- (D) “serviço”.
- (E) “ao Município”.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que contenha uma correta transposição para a voz passiva de todos os verbos conjugados da oração “Os representantes do Ministério Público acompanharam a polícia na diligência que flagrou o odontólogo atendendo em sua clínica particular”, sem alterações significativas de sentido.

- (A) A polícia foi acompanhada pelos representantes do Ministério Público na diligência, pela qual o odontólogo foi flagrado atendendo em sua clínica particular.
- (B) A polícia foi acompanhada pelos representantes do Ministério Público na diligência, onde o odontólogo foi flagrado atendendo em sua clínica particular.
- (C) A diligência do Ministério Público foi acompanhada pelos representantes da polícia, que flagrou o odontólogo atendendo em sua clínica particular.
- (D) A polícia foi acompanhada pelo Ministério Público na diligência, que o odontólogo flagrou atendendo em sua clínica particular.
- (E) Os representantes do Ministério Público foram acompanhados até a diligência da polícia, que foi flagrada pelo odontólogo, que atendia em sua clínica particular.

QUESTÃO 3

Releia esta passagem do texto:

“Ao final da manhã, entre 12h e 13h, o dentista retornava no posto.”

A respeito da oração acima, assinale a alternativa correta que a analise com relação à Norma Culta padrão escrita.

- (A) Na oração, existe um problema de concordância verbal.
- (B) Na oração, ocorrem problemas em relação à pontuação.
- (C) Na oração, existe um problema de regência verbal: o verbo “retornar”, no contexto em que aparece, rege a preposição “a”, não “em”.
- (D) Na oração, a palavra “final” classifica-se, morfológicamente, como adjetivo.
- (E) Na oração, “o dentista” exerce função sintática de complemento verbal.

QUESTÃO 4

Observe as duas ocorrências do sinal indicativo de crase listadas a seguir, todas retiradas do texto.

- I. o dentista voltava **à unidade de saúde pública**
 II. de segunda a quinta-feira, **das 12h às 13h30**

Agora, leia as análises e assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) Em I e II o sinal indicativo de crase é facultativo.
 (B) O sinal indicativo de crase foi utilizado corretamente nos dois exemplos.
 (C) O sinal indicativo de crase está correto em I, mas deveria ser retirado de II.
 (D) Em I e II o sinal indicativo de crase está incorreto.
 (E) O sinal indicativo de crase é facultativo em I e está incorreto em II.

QUESTÃO 5

Leia novamente a passagem abaixo:

*“Em 2014 o Ministério Público Federal iniciou um trabalho que envolve a assinatura de acordos e o ingresso de ações judiciais para que as prefeituras do Alto Oeste Potiguar **adotem** sistemas de registro eletrônico de ponto, com o objetivo de controlar a jornada de trabalho de todos os profissionais da saúde.”*

Agora, leia as análises e assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) A palavra “saúde” não deveria receber acento gráfico.
 (B) A palavra “sistemas”, em “sistemas de registro”, exerce função sintática de adjunto adnominal.
 (C) Há problemas em relação às normas de concordância verbal, já que a forma verbal “envolve” deveria estar flexionada no plural.
 (D) A palavra “que” em “um trabalho que envolve a assinatura de acordos” é pronome relativo; sintaticamente, exerce função de sujeito.
 (E) O uso da forma destacada no plural se justifica apenas para evitar ambiguidade.

Para responder às **questões de 6 a 10**, leia a tirinha a seguir.

A Vida com Logan



Flavio F. Soares



QUESTÃO 6

As palavras “está” e “dúvida” estão corretamente acentuadas nos quadrinhos. Assinale a alternativa em que as palavras sejam acentuadas, respectivamente, por essas mesmas regras.

- (A) “comitê” e “pânico”.
- (B) “tártaro” e “dúbio”.
- (C) “pátria” e “túnel”.
- (D) “guaraná” e “vírus”.
- (E) “êxito” e “rococó”.

QUESTÃO 7

A palavra “dentinho”, no primeiro balão, é formada por:

- (A) derivação imprópria.
- (B) parassíntese.
- (C) redução.
- (D) derivação prefixal.
- (E) derivação sufixal.

QUESTÃO 8

Em “mas eu ainda tenho uma dúvida”:

- (A) o pronome reto atua como objeto direto, embora esteja anteposto ao verbo e contrariando a regra de que os pronomes oblíquos é que são objetivos.
- (B) o pronome oblíquo atua como sujeito, embora esteja anteposto ao verbo e contrariando a regra de que os pronomes retos é que são subjetivos.
- (C) a palavra “uma” funciona como adjunto adnominal de “dúvida”, que, por sua vez, é núcleo do complemento verbal direto.
- (D) a palavra “uma” funciona como adjunto adnominal de “dúvida”, que, por sua vez, é núcleo do complemento verbal indireto.
- (E) a palavra “uma” funciona como complemento nominal de “dúvida”, que, por sua vez, é núcleo do complemento verbal direto.

QUESTÃO 9

O uso de “Por que”, no início do balão do último quadrinho, está correto, assim como em:

- (A) Você vai extrair meu dente porque?
- (B) Porquê a extração de dentes dos pais ajuda no tratamento dos filhos?
- (C) A extração do dente dos pais deve ser realizada por que ajuda no tratamento dos filhos.
- (D) Quero entender o porquê de a extração de um dente meu ajudar no tratamento dele.
- (E) Por quê é preciso extrair um dente do pai para ajudar no tratamento do filho?

QUESTÃO 10

A respeito do uso da vírgula no balão do último quadrinho, assinale a afirmação correta.

- (A) Seu uso está correto, por separar orações coordenadas entre si.
- (B) Seu uso está incorreto, já que não se devem separar sujeito e predicado por meio do uso de vírgula.
- (C) Seu uso é facultativo, mas deve ser priorizado para manter a clareza.
- (D) Seu uso está correto, por serem orações deslocadas.
- (E) Seu uso é obrigatório, já que a oração subordinada aparece antes da principal.

LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 11**

Considere as afirmativas a seguir.

- I. O especialista, atendendo a paciente encaminhado por cirurgião-dentista, atuará somente na área de sua especialidade requisitada.
- II. É permitido ao profissional intitular-se especialista, ainda que não tenha promovido a inscrição da especialidade no Conselho Regional.
- III. Para fins de diagnóstico e tratamento, o especialista poderá conferenciar com outros profissionais.

Em consonância com o Código de Ética Odontológica, Resolução CFO nº 118/12, é correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 12

Constitui infração ética, de acordo com o Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/12):

- (A) a declinação do tratamento empreendido, na cobrança judicial de honorários profissionais.
- (B) a comunicação ao Conselho Regional e às autoridades sanitárias das condições de trabalho indignas, inseguras e insalubres.
- (C) a negligência do profissional na orientação de seus colaboradores quanto ao sigilo profissional.
- (D) a revelação, pelo profissional, de fato sigiloso ao responsável pelo incapaz.
- (E) a colaboração com a justiça nos casos previstos em lei.

QUESTÃO 13

Segundo a Lei nº 4.324/64, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional, na respectiva área de abrangência, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (B) O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, mas sem autonomia financeira, tendo por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (C) O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e têm por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (D) Os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, mas sem autonomia financeira, tendo por finalidade a supervisão da ética profissional em toda a República, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.
- (E) Os Conselhos Regionais de Odontologia constituem em seu conjunto uma autarquia, sendo cada um deles dotado de personalidade jurídica de direito público, sem autonomia administrativa ou financeira, tendo por finalidade a supervisão da ética profissional na respectiva área de abrangência, cabendo-lhes zelar e trabalhar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

QUESTÃO 14

Considerando as Resoluções CFO nº 145/14 e 146/14, analise as seguintes proposições e assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Federal de Odontologia permite o uso do ácido hialurônico em procedimentos odontológicos, com reconhecida comprovação científica.
- (B) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso da toxina botulínica, para fins exclusivamente estéticos, bem como para fins de uso terapêutico, em procedimentos odontológicos.
- (C) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso do ácido hialurônico, para fins exclusivamente estéticos, bem como para fins de uso terapêutico, em procedimentos odontológicos.
- (D) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso da toxina botulínica, bem como o de ácido hialurônico para fins exclusivamente estéticos, bem como para uso terapêutico em procedimentos odontológicos.
- (E) O Conselho Federal de Odontologia proíbe o uso do ácido hialurônico em procedimentos odontológicos até que se tenham melhores comprovações científicas e reconhecimento de sua utilização na área odontológica.

QUESTÃO 15

As penas aplicáveis às infrações éticas, tal como disposto no Código de Processo Ético Odontológico (Resolução CFO nº 59/2004) e no Código de Ética Odontológica (Resolução CFO nº 118/12), são:

- (A) advertência pública; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e cassação do exercício profissional pelo Conselho Federal.
- (B) advertência confidencial; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e cassação do exercício profissional pelo Conselho Federal.
- (C) advertência confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 90 (noventa) dias; e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.
- (D) censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 90 (noventa) dias; e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.
- (E) advertência confidencial, em aviso reservado; censura confidencial, em aviso reservado; censura pública, em publicação oficial; suspensão do exercício profissional até 30 (trinta) dias; e cassação do exercício profissional *ad referendum* do Conselho Federal.

QUESTÃO 16

Considere as seguintes assertivas:

- I. É vedado ao cirurgião-dentista o uso da via cervical infra-hióidea, por fugir ao domínio de sua área de atuação, bem como a prática de cirurgia estética, ressalvadas as estético-funcionais do aparelho mastigatório.
- II. Em lesões de área comum à Odontologia e à Medicina e quando a equipe for composta por cirurgião-dentista e médico-cirurgião, o tratamento deverá ser realizado em forma conjunta ficando a chefia da equipe a cargo do médico-cirurgião responsável.
- III. É da competência exclusiva do médico o tratamento de neoplasias malignas, neoplasias das glândulas salivares maiores (parótida, sublingual, submandibular), o acesso da via cervical infra-hióidea, bem como a prática de cirurgias estéticas, ressalvadas as estético-funcionais do sistema estomatognático que são da competência do cirurgião-dentista.

De acordo com a Resolução CFO nº 63/2005, é correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 17

Assinale a alternativa que contraria o disposto pela Resolução CFO nº 20/2001.

- (A) O cirurgião-dentista, na função de auditor e/ou perito, obriga-se a manter o sigilo profissional, devendo, sempre que necessário, comunicar, através de relatório, a quem de direito e por escrito suas observações, conclusões e recomendações, sendo-lhe vedado realizar anotações no prontuário do paciente.
- (B) É vedado ao cirurgião-dentista, na função de auditor e/ou perito, divulgar suas observações, conclusões ou recomendações, exceto por justa causa, conforme previsto no Código de Ética Odontológica, ou dever legal.
- (C) O cirurgião-dentista, na função de auditor e/ou perito, não pode, em seu relatório, exagerar ou omitir fatos decorrentes do exercício de suas funções.
- (D) Poderá o cirurgião-dentista, na função de auditor, solicitar por escrito, ao cirurgião-dentista assistente, os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades.
- (E) O cirurgião-dentista, no exercício de auditoria ou perícia, deverá estar regularmente inscrito no Conselho Federal de Odontologia, sendo desnecessária a comunicação ao CRO, da jurisdição onde ocorrer a prestação do serviço, seu exercício quando eventual.

QUESTÃO 18

Em consonância com a Resolução CFO nº 63/2005, é atividade privativa do cirurgião-dentista, dentre outras:

- (A) ser responsável pelo treinamento de auxiliares e serventes do laboratório de prótese odontológica.
- (B) proceder à perícia odontolegal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa.
- (C) realizar isolamento do campo operatório.
- (D) executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho.
- (E) registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa incorreta, sob o prisma da Resolução CFO nº 63/2005.

- (A) Odontogeriatrics é a especialidade que se concentra no estudo dos fenômenos decorrentes do envelhecimento que também têm repercussão na boca e suas estruturas associadas, bem como na promoção da saúde, no diagnóstico, na prevenção e no tratamento de enfermidades bucais e do sistema estomatognático do idoso.
- (B) Estomatologia é a especialidade da Odontologia que tem como objetivo a prevenção, o diagnóstico, o prognóstico e o tratamento das doenças próprias do complexo maxilo-mandibular, das manifestações bucais de doenças sistêmicas e das repercussões bucais do tratamento antineoplásico.
- (C) Implantodontia é a especialidade que tem como objetivo a implantação na mandíbula e na maxila, de materiais aloplásticos destinados a suportar próteses unitárias, parciais ou removíveis e próteses totais.
- (D) Endodontia é a especialidade que tem como objetivo o estudo dos aspectos histopatológicos das alterações do complexo buco-maxilo-facial e estruturas anexas, visando ao diagnóstico final e ao prognóstico dessas alterações, por meio de recursos técnicos e laboratoriais.
- (E) Periodontia é a especialidade que tem como objetivo o estudo dos tecidos de suporte e circundantes dos dentes e seus substitutos, o diagnóstico, a prevenção, o tratamento das alterações nesses tecidos e das manifestações das condições sistêmicas no periodonto, e a terapia de manutenção para o controle da saúde.

QUESTÃO 20

De acordo com a Resolução CFO nº 118/12, Código de Ética Odontológica, constituem deveres fundamentais dos inscritos, exceto:

- (A) resguardar sempre a privacidade do paciente.
- (B) manter atualizados os conhecimentos profissionais, técnico-científicos e culturais, necessários ao pleno desempenho do exercício profissional.
- (C) não manter vínculo com entidade, empresas ou outros desígnios que os caracterizem como empregado, credenciado ou cooperado quando as mesmas se encontrarem em situação ilegal, irregular ou inidônea.
- (D) manter regularizadas suas obrigações fiscais e cadastrais diretamente junto ao Conselho Federal de Odontologia.
- (E) apontar falhas nos regulamentos e nas normas das instituições em que trabalhe, quando as julgar indignas para o exercício da profissão ou prejudiciais ao paciente, devendo dirigir-se, nesses casos, aos órgãos competentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

As leis trabalhistas no Brasil estão inseridas em uma hierarquia em que as de nível superior são mais abrangentes, definindo direitos e obrigações mínimas para as partes, e as de nível inferior são mais específicas, tratando de casos mais particulares. Das normas abaixo, qual pode contrariar os direitos e deveres previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)?

- (A) Doutrina (conjunto dos pareceres dos juristas, isto é, estudiosos do Direito).
- (B) Norma Coletiva de Trabalho.
- (C) Regimento Interno da empresa.
- (D) Contrato Individual do Trabalho.
- (E) Nenhuma das normas citadas.

QUESTÃO 22

Idalberto Chiavenato informa que os Recursos Humanos são “as pessoas que ingressam, permanecem e participam da organização, qualquer que seja seu nível hierárquico ou sua tarefa na atividade organizacional. Os recursos humanos estão distribuídos no nível institucional da organização (direção), no nível intermediário (gerência e assessoria) e no nível operacional (supervisores de primeira linha, técnicos funcionários e operários abaixo deles).” (*Recursos Humanos – O Capital Humano nas Organizações* – 9. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009). Ensina ele que a Administração de Recursos Humanos deve “servir aos objetivos do negócio da organização, planejando, organizando, desenvolvendo, coordenando e controlando as técnicas capazes de promover o desempenho suficiente do pessoal ao mesmo tempo em que a organização constitui o meio que permite às pessoas que com ela colaboram alcançar os objetivos individuais relacionados direta ou indiretamente com o trabalho”. A gestão de Pessoas envolve cinco processos básicos, cada um com objetivo e atividades específicas: provisão; aplicação;

manutenção; desenvolvimento; e monitoração. As atividades inerentes ao recrutamento (onde recrutar, em que condições e como recrutar os recursos humanos necessários à organização) referem-se ao processo de:

- (A) Provisão.
- (B) Aplicação.
- (C) Manutenção.
- (D) Desenvolvimento.
- (E) Monitoração.

QUESTÃO 23

As provas de conhecimentos ou de capacidade são instrumentos para avaliar objetivamente conhecimentos e habilidades adquiridos pelos candidatos ao cargo oferecido. Há à disposição do responsável pelo recrutamento e seleção uma variedade de provas de conhecimento ou de capacidade. Há provas cuja aplicação e correção são rápidas e fáceis permitindo medir a extensão e abrangência de conhecimentos dos candidatos. Recebem a denominação de _____ as provas estruturadas com questões de múltipla escolha, ou seja, o candidato deve optar por uma opção e marcá-la.

A lacuna acima é corretamente preenchida por:

- (A) provas tradicionais
- (B) provas discursivas
- (C) provas objetivas
- (D) provas subjetivas
- (E) provas projetivas.

QUESTÃO 24

O estágio é o ato educativo escolar supervisionado no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (Art. 1º da Lei nº 11.788/2008 de 25/09/2008). Assinale a alternativa correta.

- (A) A duração do estágio, na mesma empresa concedente, não poderá exceder dois anos em qualquer hipótese.
- (B) A ausência de matrícula do estagiário em seu curso ou a falta da assinatura de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino ou a ausência do acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino ou ainda a incompatibilidade entre as atividades do estágio escolar e aquelas previstas no termo de estágio caracteriza vínculo de emprego (pela CLT) do estagiário com a empresa concedente do estágio.
- (C) É obrigatória a concessão do auxílio-transporte ao estagiário.
- (D) Ao estagiário não se aplica a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.
- (E) O estagiário não poderá se inscrever como segurado da Previdência Social.

QUESTÃO 25

A segurança do trabalho pode ser definida como o conjunto de medidas que são adotadas visando minimizar acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, bem como proteger a integridade e a capacidade de trabalho do trabalhador. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Observe as seguintes ocorrências.

- I. O acidente que acontece nos períodos destinados à refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este.
- II. O acidente que acontece quando o trabalhador está prestando serviços por ordem da empresa fora do local de trabalho.
- III. O acidente que acontece quando o trabalhador estiver em viagem a serviço da empresa.
- IV. O acidente que ocorre no trajeto entre a casa e o trabalho ou do trabalho para casa.
- V. A doença profissional (as doenças provocadas pelo tipo de trabalho).
- VI. A doença do trabalho (as doenças causadas pelas condições do trabalho).

Quantas das ocorrências citadas podem ser consideradas acidentes de trabalho nos termos da legislação vigente?

- (A) Somente duas.
- (B) Somente três.
- (C) Somente quatro.
- (D) Somente cinco.
- (E) Todas.

QUESTÃO 26

O contrato de trabalho pode ser definido como o acordo de vontades, tácito ou expresso, entre empregador e empregado, em que o empregado se compromete a trabalhar para o empregador mediante remuneração. A admissão do empregado é o processo que prevê a livre estipulação entre as partes, respeitada a legislação trabalhista, os contratos coletivos e as decisões administrativas das autoridades competentes, em que se dá a oficialização da relação de emprego. Para o processo de admissão, o novo empregado deve apresentar ao empregador uma série de documentos (Carteira de Trabalho e Previdência Social, Título de Eleitor, CPF, entre outros). A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, para anotar, especificadamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver. A Carteira de Trabalho e Previdência Social deverá ser devolvida ao Trabalhador no prazo de:

- (A) 24 horas.
- (B) 48 horas.
- (C) 72 horas.
- (D) após o término do período de experiência.
- (E) conforme critério do empregador.

QUESTÃO 27

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) determina a realização obrigatória dos exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais. Julgue como verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmações a seguir.

() Por ocasião da admissão o empregado deve submeter-se a exame médico admissional para emissão de atestado de saúde ocupacional, com o objetivo de certificar as condições gerais de saúde do candidato que se pretende contratar. Deve ser averiguado seu estado de saúde com vistas às funções que exercerá na empresa, bem como analisar se as tarefas que serão realizadas poderão provocar alguma doença ou então agravar outra que o candidato já possua.

() O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais determina que a posse em cargo público dependa de prévia inspeção médica oficial e que só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

() Durante o período de vigência do contrato de trabalho, o empregado é obrigado a se submeter aos denominados exames periódicos.

() Os exames periódicos consistem em avaliação clínica geral e também em exames complementares, mais específicos e detalhados, para avaliar eventuais riscos à saúde, em conformidade com as atividades que estão sendo exercidas e será custeada parte pelo empregador e parte pelo empregado.

() Para cada exame médico realizado, o médico deverá emitir o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), em 2 (duas) vias: a primeira via do ASO ficará arquivada na empresa, à disposição da fiscalização do trabalho; a segunda via do ASO será obrigatoriamente entregue ao trabalhador, mediante recibo na primeira via.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, V, V, V, V.
- (B) V, F, V, F, V.
- (C) V, V, F, V, V.
- (D) V, V, F, V.
- (E) V, V, F, F, F.

Para responder às **questões 28 e 29**, leia o texto a seguir.

Em todas as atividades será obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O registro do empregado deverá ser efetuado a partir do momento em que o empregado começa a prestar serviço, não sendo permitido ao empregador manter empregados em seu quadro sem registro mesmo que seja por um dia.
- (B) O registro de empregados conterà obrigatoriamente as seguintes informações: nome do empregado, a data de nascimento, filiação, nacionalidade e naturalidade; número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); data de admissão; cargo ou função; remuneração e forma de pagamento; local e horário de trabalho; concessão de férias; número de identificação do cadastro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público (PASEP); acidente do trabalho e doença profissional, quando tiverem ocorrido.
- (C) Optando a empresa pela adoção de fichas de registro, o "Termo de Abertura", constante da ficha inicial, deverá permanecer somente com essa anotação e, portanto, não deverá haver o registro do empregado na primeira folha do livro ou das fichas.
- (D) Os livros ou fichas de registro devem ser autenticados pelas Delegacias Regionais do Trabalho, devendo o empregador ou seu preposto comparecer pessoalmente à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para tal procedimento.
- (E) A empresa que mantiver empregado não registrado nos termos da legislação em vigor, incorrerá na pena de multa calculada por empregado não registrado, acrescida de igual valor em cada reincidência.

QUESTÃO 29

O empregador poderá efetuar o registro de empregados em sistema informatizado que garanta segurança, inviolabilidade, manutenção e conservação das informações. Esse sistema deverá conter rotinas autoexplicativas, para facilitar o acesso e o conhecimento dos dados registrados, atendidas determinadas condições pré-fixadas. Observe as condições listadas a seguir.

- I. O sistema informatizado deverá manter registro individual em relação a cada empregado.
- II. O sistema informatizado deverá manter o registro original, individualizado por empregado, mais as retificações ou averbações, quando for o caso.
- III. O sistema informatizado deverá assegurar, a qualquer tempo, o acesso da fiscalização trabalhista às informações, por meio de telas, impressão de relatórios e meio magnético.

Pode-se afirmar que:

- (A) somente I e II estão corretas.
- (B) somente I e III estão corretas.
- (C) somente II e III estão corretas.
- (D) todas estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 30

A limitação da jornada de trabalho é consequência da luta dos trabalhadores visando a períodos de trabalho mais suportáveis. Compreende-se por jornada de trabalho o número de horas diárias em que o empregado fica à disposição do empregador. Emprega-se o termo turno de trabalho ininterrupto, nesta questão, como a divisão de horários de trabalho em escala nas quais os trabalhadores prestam serviços em períodos alternados – manhã, tarde e noite, em forma de rodízio. Nesses termos, para aqueles que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada de trabalho diária, determinada pela Constituição Brasileira, salvo negociação coletiva, é de:

- (A) 4 (quatro) horas.
- (B) 5 (cinco) horas e 29 (vinte e nove) minutos.
- (C) 6 (seis) horas.
- (D) 7 (sete) horas.
- (E) 8 (oito) horas

QUESTÃO 31

O décimo terceiro salário foi instituído como um valor que visa auxiliar os empregados, no final do ano, consistindo no pagamento de um salário extra ao trabalhador. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Têm direito ao décimo terceiro salário todos os trabalhadores com carteira assinada, sejam trabalhadores domésticos, rurais, urbanos ou avulsos. A partir de quinze dias de serviço, o trabalhador já passa a ter direito a receber o décimo terceiro salário.
- (B) A gratificação de Natal deve ser paga pelo empregador em duas parcelas: a primeira entre o dia 1º de fevereiro e o dia 30 de novembro; a segunda parcela até o dia 20 de dezembro, tendo como base de cálculo o salário de dezembro menos o valor adiantado na primeira parcela.
- (C) Se o trabalhador desejar, ele pode receber a primeira parcela por ocasião de suas férias, mas, nesse caso, ele deve solicitar por escrito ao empregador no decorrer de janeiro do respectivo ano.
- (D) Se o trabalhador tiver mais de quinze faltas não justificadas em um mês de trabalho, ele deixa de ter direito ao 1/12 avos relativo àquele mês.
- (E) Mesmo que o trabalhador esteja afastado por auxílio doença ou acidente de trabalho, não importando o período de afastamento, o empregador deve pagar-lhe o décimo terceiro salário.

QUESTÃO 32

O salário-maternidade é um direito das seguradas do sistema previdenciário que acabaram de ter um filho, seja por parto ou adoção, ou aos segurados que adotem uma criança, como segue:

- 120 (cento e vinte) dias no caso de parto;
- 120 (cento e vinte) dias no caso de adoção ou guarda judicial para fins de adoção, independentemente da idade do adotado, que deverá ter no máximo 12 (doze) anos de idade.
- 120 (cento e vinte) dias, no caso de natimorto;
- 14 (quatorze) dias, no caso de aborto espontâneo ou previsto em lei (estupro ou risco de vida para a mãe), a critério médico.

As funcionárias públicas federais têm direito ao afastamento de seis meses ou 180 dias, assim como servidoras da maioria dos Estados do país e de inúmeros municípios. Para as empregadas em empresas, o salário-maternidade é pago pela empresa, que posteriormente recebe o reembolso do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Reconhecendo a importância da amamentação e dos cuidados maternos, o Estado brasileiro criou o programa Empresa Cidadã. Por esse programa, que estabelece a extensão voluntária do salário-maternidade com os valores pagos pela empresa – e não pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) como acontecem nos quatro meses da licença-maternidade, as empregadas dessas pessoas jurídicas que aderiram ao programa, poderão requerer, até o final do primeiro mês após o parto, a prorrogação da licença maternidade.

Tal período de prorrogação equivale a:

- (A) 120 (cento e vinte) dias.
- (B) 90 (noventa) dias.
- (C) 60 (sessenta) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 33

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem por objetivo suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, para identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do Abono Salarial (PIS/PASEP). Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Da relação a seguir quem está desobrigado a entregar a declaração da RAIS?

- (A) Pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou da Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica.
- (B) Empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados.

- (C) Órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais.
- (D) Empregadores domésticos.
- (E) Condomínios e sociedades civis.

QUESTÃO 34

Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar antecipadamente a outra de sua resolução. Esse aviso é o denominado Aviso Prévio. Assinale a alternativa correta.

- (A) O aviso prévio legal é de 30 (trinta) dias úteis.
- (B) O aviso prévio proporcional corresponde ao acréscimo de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, que somados aos 30 (trinta) dias aos que perceberem por quinquena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa, perfazem um total de até 90 (noventa) dias.
- (C) A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso. Nesse caso, o aviso prévio não integra o período correspondente a seu tempo de serviço.
- (D) O empregado pode renunciar ao direito do aviso prévio.
- (E) O empregado tem direito ao aviso prévio mesmo que o empregador comprove que o mesmo já tenha obtido novo emprego.

QUESTÃO 35

A rescisão é o término do contrato de trabalho e se caracteriza pelo desligamento do empregado pela empresa. O motivo da rescisão é um dos fatores que interfere nos direitos decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. No caso da rescisão por falecimento do empregado, as verbas rescisórias devem ser recebidas por seus dependentes, que delas darão quitação. Veja abaixo uma lista de direitos:

- I. Saldo do salário;
- II. Horas extras;
- III. Outros itens da remuneração;
- IV. Salário-família;
- V. Férias vencidas;
- VI. Férias proporcionais;
- VII. Décimo terceiro salário;
- VIII. FGTS – 8% - rescisão – depósito em conta vinculada;
- IX. FGTS – 8% - mês anterior – depósito em conta vinculada;
- X. Multa rescisória do FGTS – 40% (depósito na conta vinculada);
- XI. Saque, pelos dependentes, da conta vinculada do FGTS.

Dos direitos relacionados acima, quantos fazem parte da rescisão do contrato do trabalho do empregado falecido?

- (A) Dez, somente.
- (B) Nove, somente.
- (C) Oito, somente.
- (D) Sete, somente.
- (E) Seis, somente.

QUESTÃO 36

A Gestão por competências é um sistema de gestão desenvolvido no sentido de identificar e gerir perfis profissionais que proporcionem uma maior eficiência e eficácia a um negócio, identificando os pontos de excelência e fortalecendo as oportunidades de melhoria, suprimindo lacunas e agregando conhecimento ao indivíduo. A definição do perfil de competência para uma função se constitui em um padrão e a avaliação de desempenho é uma ferramenta dessa Gestão. Aponte quais dimensões devem ser consideradas, dentro desse contexto, para se atingirem objetivos da Gestão por Competência.

- I. Saber o quê; saber o porquê – competências escolares / acadêmicas; conhecimento teórico.
- II. Capacidade, saber como, prática, vivência – competências técnicas.
- III. Querer fazer, identidade, determinação – competências comportamentais.

- (A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.
(E) Todas.

QUESTÃO 37

A avaliação do desempenho é um processo sistemático de análise do desempenho de um funcionário no cargo executando suas funções, em função do contexto de seu trabalho. A problemática existente no processo de avaliação de desempenho originou várias soluções que ficaram conhecidas como métodos tradicionais de avaliação de desempenho. O método que consiste em avaliar o desempenho das pessoas por meio de frases descritivas com alternativas de tipos de desempenho individual e em que, em cada bloco, existirão algumas frases possíveis para que o avaliador analise e escolha, marcando uma ou duas características de cada avaliado, é conhecido por:

- (A) Método das Escalas Gráficas.
(B) Método da Escolha Forçada.
(C) Método dos Incidentes Críticos.
(D) Método da Pesquisa de Campo.
(E) Método de Listas de Verificação – *checklist*.

QUESTÃO 38

Gerir estrategicamente os recursos humanos é suprir as necessidades dos colaboradores ao mesmo tempo em que se atenda aos objetivos da empresa. É uma gestão pró-ativa. As organizações desenvolvem seus funcionários para que estes consigam ajudá-las a atingir seus objetivos estratégicos. Assim, um aspecto importante dessa visão estratégica é o desenvolvimento do colaborador. Um forte programa de treinamento e *mentoring* ajuda o funcionário a se ajustar às políticas da organização e aos projetos nos quais está envolvido. Treinamento e Desenvolvimento são as duas palavras-chave para se alcançarem diferenciais competitivos.

Considere os itens a seguir.

- I. Transmissão de informações.
- II. Desenvolvimento de habilidades.
- III. Desenvolvimento de conceitos.
- IV. Desenvolvimento de atitudes.

Dos itens enumerados como conteúdos de um treinamento, quantos podem gerar mudança de comportamento do funcionário na organização?

- (A) Um, somente.
(B) Dois, somente.
(C) Três, somente.
(D) Nenhum.
(E) Todos.

QUESTÃO 39

Projeto é um conjunto de atividades temporárias coordenadas e controladas, com datas de início e fim, realizadas com a utilização de recursos humanos e materiais definidos, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado único. Nesse contexto, gerenciar, administrar, coordenar ou gerir projetos é aplicar técnicas, conhecimento e habilidades para garantir que o projeto tenha sucesso, o que envolve várias áreas de conhecimento.

“O projeto deve ser composto dos processos para garantir a inclusão de todo o trabalho exigido, e tão somente o trabalho exigido, para assegurar sua execução e conclusão com sucesso”.

Tal afirmativa está ligada ao:

- (A) Gerenciamento da Integração do Projeto.
(B) Gerenciamento do Escopo do Projeto.
(C) Gerenciamento do Tempo do Projeto.
(D) Gerenciamento dos Riscos do Projeto.
(E) Gerenciamento da Qualidade do Projeto.

QUESTÃO 40

Em todas as organizações existem valores, símbolos, rituais e práticas que surgiram no processo de aprendizagem para lidar com problemas de adaptação externa e integração interna. A cultura organizacional significa o conjunto de valores, crenças, rituais e normas existentes em uma organização, caracterizando-se pela sua aceitação implícita pelos membros da organização. Ela pode ser reforçada pelo próprio processo de seleção, que elimina as pessoas com características discrepantes com relação aos padrões estabelecidos, ou enfraquecida caso a escolha recaia em elementos diametralmente opostos. A arquitetura do edifício, as salas e mesas, o tamanho e arranjo físico dos escritórios que definem o grau de igualdade ou diferenciação entre as pessoas representam:

- (A) Símbolos Materiais.
(B) Rituais e Cerimônias.
(C) Histórias.
(D) Linguagem.
(E) Artefatos.

QUESTÃO 41

A folha de pagamento é o documento que contabiliza os valores que o empregado tem direito de receber e os descontos que ele pode sofrer, em decorrência de seu contrato de trabalho. Considerando o que dispõe a legislação em vigor, qual o valor da hora extra do trabalhador, no caso de força maior, que recebe salário mensal de R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais) com jornada ordinária de 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanas?

- (A) R\$ 6,00 (seis reais).
- (B) R\$ 6,60 (seis reais e sessenta centavos).
- (C) R\$ 8,00 (oito reais).
- (D) R\$ 9,00 (nove reais).
- (E) R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos).

QUESTÃO 42

No início de 2006 o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

- I. melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II. desenvolvimento permanente do servidor público;
- III. adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual;
- IV. divulgação e gerenciamento das ações de capacitação;
- V. racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.

Pode-se concluir que o Governo Federal tem como enfoque:

- (A) adotar uma prática em que se espera melhorar o desempenho global da união por meio do incremento do desempenho individual dos empregados.
- (B) reduzir as despesas, por meio de cortes orçamentários.
- (C) conceber novos instrumentos de gestão e de formas inovadoras na estrutura física das repartições.
- (D) redefinir os tetos remuneratórios.
- (E) os cargos, empregos e funções acessíveis a qualquer cidadão.

QUESTÃO 43

Dos requisitos enumerados a seguir, qual é impeditivo para investidura em cargos públicos?

- (A) Ter nacionalidade brasileira.
- (B) Estar em perfeito gozo dos direitos políticos.
- (C) Ser maior de 14 e menor de 18 anos.
- (D) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (E) Ter o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

QUESTÃO 44

A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, recebe o nome de:

- (A) Reversão.
- (B) Readaptação.
- (C) Aproveitamento.
- (D) Reintegração.
- (E) Substituição.

QUESTÃO 45

No dizer de Celso Antônio Bandeira de Melo, quem quer que desempenhe funções estatais, enquanto as exercita, é um agente público. Alguns integram o aparelho estatal seja em sua estrutura direta, seja em sua organização indireta. Outros são alheios a essa estrutura, tais como concessionários, permissionários, delegados de função ou ofício público, gestores de negócios públicos e contratados por locação civil de serviços. A todos eles há um denominador comum: o Estado lhes emprestou sua força jurídica e os habilitou a assim agirem. Pode-se concluir, portanto, que são agentes públicos todas as pessoas físicas que, sob qualquer liame jurídico e algumas vezes sem ele, prestam serviços à Administração Pública ou realizam atividades que estão sob sua responsabilidade. Aponte, a seguir, quem não é um agente público.

- (A) Analista de recursos humanos de um Conselho de Fiscalização Profissional.
- (B) Marqueteiro para o candidato a cargo político.
- (C) Tabelião.
- (D) Comissário de menores.
- (E) Mesário de mesas receptoras de votos em dia de eleição.

QUESTÃO 46

Hely Lopes Meirelles (*Direito Administrativo Brasileiro*. 29ª ed. São Paulo, Malheiros, 2004) conceitua cargo como “o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei”. Também deve-se indicar a natureza do provimento: efetivo ou em comissão. Julgue como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) as afirmações a seguir.

() A criação de cargo significa sua institucionalização com denominação própria, quantidade certa, atribuições e correspondente estipêndio. Não se pode criar, por exemplo, cargo de Analista de Recursos Humanos; o que se pode criar são dois cargos de Analista de Recursos Humanos, de provimento efetivo, com tal remuneração, cujos titulares desempenharão as funções tais e quais.

() O provimento de cargo em comissão é ocupado transitoriamente por alguém, sem o direito de nele permanecer indefinidamente.

() O provimento de cargo em comissão é livre como o é sua exoneração, isto é, nada precisa ser alegado para justificar seu desligamento. Desse modo qualquer direito lhes é negado se disser respeito à sua permanência no cargo. Entretanto, ao servidor ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

() Os cargos de provimento em comissão são próprios para direção, ou chefia de certos órgãos, para os quais se necessita de um agente de confiança da autoridade nomeante, ajudando-o a promover a direção superior. Também se destinam ao assessoramento.

() Um cargo de provimento em comissão pode ser preenchido por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, V, V, V, V.
- (B) V, V, F, V, F.
- (C) V, F, V, F, V.
- (D) V, V, F, V, V.
- (E) F, V, V, V, V.

QUESTÃO 47

Função é a atribuição ou o rol de atribuições que a Administração Pública confere a determinados agentes públicos para a execução de serviços eventuais ou transitórios, sob o regime celetista. Observe as seguintes afirmativas.

- I. Admite-se a existência de função sem cargo.
- II. As funções sem cargos ou autônomas são provisórias e, por essa razão, devem ser de responsabilidade de agentes temporários.
- III. Função de confiança refere-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento, criadas por lei e titularizáveis por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos e da confiança da autoridade com poder de nomeação.
- IV. Não se pode confundir função com emprego público, pois este é o trabalho, o ofício, exercido por um servidor em caráter permanente sob o regime da Consolidação das Leis de Trabalho.
- V. Não se deve confundir função com função gratificada: esta é uma vantagem pecuniária, acessória do vencimento, criada por lei, paga ao servidor em razão do exercício de chefia ou assessoria, por exemplo.

Quantas estão corretas?

- (A) Todas.
- (B) Duas, somente.
- (C) Três, somente.
- (D) Quatro, somente.
- (E) Nenhuma.

QUESTÃO 48

A Constituição Federal de 1988 dedicou vários artigos em proteção aos portadores de deficiência, seja no sentido de vedar qualquer tipo de discriminação, seja prevendo ações afirmativas para sua efetiva inclusão na sociedade e, sobretudo, no mercado de trabalho. A reserva de vagas para portadores de deficiência em concurso público para provimento de cargo efetivo é uma decorrência dessa proteção.

É assegurado às pessoas portadoras de deficiência “o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras”, reservando-se, para tais pessoas, até _____ das vagas oferecidas no concurso.

A lacuna é corretamente preenchida por:

- (A) 2% (dois por cento)
- (B) 4% (quatro por cento)
- (C) 5% (cinco por cento)
- (D) 10% (dez por cento)
- (E) 20% (vinte por cento)

QUESTÃO 49

O artigo 40 da Constituição da República dispõe que “aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo”.

Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A concessão da aposentadoria é materializada por meio de um ato administrativo vinculado, emanado pelo Estado no exercício de suas funções, tendo por finalidade reconhecer uma situação jurídica subjetiva do servidor. No contexto do Estado Social, é ato que emana do Poder Público em sua função típica, de forma vinculada, reconhecendo o direito do beneficiário.
- (B) O ato de aposentadoria, em verdade, não é uma concessão do Estado, mas um direito que é assegurado ao agente público, formalizado através de um processo de reconhecimento de sua aquisição pelo interessado. Sob esse prisma, a aposentadoria visa garantir os recursos financeiros indispensáveis ao beneficiário, de natureza alimentar, quando este já não tenha condições de obtê-los por conta própria.
- (C) A aposentadoria é compulsória em razão do implemento da idade limite, ou seja, setenta anos, sem distinção entre homem e mulher.
- (D) A aposentadoria é voluntária desde que cumprido o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observada a legislação existente à época da aposentadoria, quanto aos limites mínimos de idade e de contribuição, tanto para homem quanto para mulher.
- (E) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo, emprego ou função pública, excetos os provenientes de cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 50

A Constituição Federal, no art. 37, determina que a Administração Pública, tanto direta quanto indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Ser, em função do espírito de solidariedade e/ou companheirismo, conivente com erro que gerou um favorecimento indevido, para outrem, em detrimento do bem público é um aspecto contrário ao:

- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Impessoalidade.
- (C) Princípio da Moralidade.
- (D) Princípio da Publicidade.
- (E) Princípio da Eficiência.

RASCUNHO